

Caderno de Provas

CPL P 04 - NS

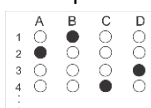
ASSISTENTE SOCIAL

**Edital Nº. 001/2019 – PREFEITURA
MUNICIPAL DE LAJES/RN**

14 de abril de 2019

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após o encerramento do prazo estabelecido para sua aplicação.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa (Objetivas)	10 questões	30 pontos
Questões de Lógica (Objetivas)	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Específicos (Objetivas)	15 questões	60 pontos
Total de questões	30 questões	100 pontos

NOME COMPLETO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL SUPERIOR

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Trabalho escravo: uma realidade persistente

Luciano Frota

Em memória dos três auditores-fiscais assassinados em 28 de janeiro de 2004, devido a inspeções para apurar denúncias de trabalho escravo em fazendas da região de Unaí (MG), o Brasil consagrou a data como “Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”.

O nosso país carrega na sua história a mancha indelével de um longo passado de escravidão legalizada, cuja abolição formal, ocorrida em 1888, não foi suficiente para romper os grilhões da indignidade, da indiferença e da marginalidade social. Mais de cem anos se passaram e ainda estamos lutando para livrar do cativeiro mulheres e homens trabalhadores que são explorados, à luz do dia, pelos senhores de “engenho” do século 21.

Mesmo sendo signatário das Convenções 29 e 105 da OIT, somente em 1995 o país acordou para o problema, forçado por pressões sociais e por denúncia formulada perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em razão da morte de um trabalhador rural e de outro ferido ao tentarem fugir da Fazenda Espírito Santo, no Pará, onde 60 pessoas foram flagradas submetidas a trabalhos forçados e em condições desumanas (Caso 11.289).

É certo que a partir daí muitos avanços foram alcançados, sobretudo em razão de providências efetivas que passaram a ser adotadas pelos Ministérios do Trabalho e dos Direitos Humanos, bem como pelos Ministérios Públicos Federal e do Trabalho, que, em parceria com diversas outras instituições, formaram uma corrente de combate a essa chaga de indignidade, instituindo, dentre outras medidas, os chamados Grupos Móveis de Fiscalização.

No período de 1995 a 2018, mais de 2.000 operações de fiscalização foram realizadas, e cerca 53 mil trabalhadores foram resgatados da condição de escravo. Ainda que retratem apenas uma amostragem do cenário de desumanidade que ainda persiste nos campos e cidades do país, são números que impressionam e reforçam a necessidade de se prosseguir com as ações de combate.

Na seara legislativa, o grande marco histórico na luta pela erradicação dessa chaga social foi a alteração trazida pela Lei 10.803/2003 ao artigo 149 do Código Penal, que atualizou o conceito de escravidão contemporânea, não mais limitando-o à privação da liberdade de locomoção, mas estendendo a sua tipificação para casos de aviltamento explícito da dignidade humana, em que trabalhadores são expostos a condições degradantes de trabalho, com jornadas exaustivas ou mesmo forçados por dívidas com o patrão.

Importante ressaltar que o Brasil, além dos compromissos internacionais, tem uma Constituição pactuada sob os pilares do respeito à dignidade da pessoa humana e ao trabalho como valor social. É dever do Estado não se omitir quanto ao combate a todas formas de trabalho indigno, em especial àquele tipificado como análogo à condição de escravo. E o dia 28 de janeiro deve servir exatamente para alertar as autoridades públicas do país que a escalada do trabalho escravo persiste, resistente, matando e mutilando seres humanos, segregando sonhos e coisificando pessoas.

A liberdade é direito inalienável do ser humano; não há liberdade sem garantia de dignidade; não há dignidade sem justiça social; e sem liberdade, sem dignidade e sem justiça social não há democracia.

Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 11 fev. 2019

01. O texto, de forma preponderante,

- A) apresenta um posicionamento acerca de como a sociedade brasileira tem lidado com o trabalho escravo.
- B) história toda a trajetória de luta da sociedade brasileira em busca de mecanismos para combater o trabalho escravo.
- C) enumera acontecimentos cruciais para a erradicação das condições de trabalho escravagista da sociedade brasileira.
- D) descreve os avanços em relação ao combate e à erradicação das condições de trabalho escravagista na sociedade brasileira.

02. Ao desenvolver o tema do texto, o autor opta por

- A) ser categórico na constatação da ineficiência das medidas de combate ao trabalho escravo no Brasil.
- B) ratificar, sem concessões, a ineficácia das medidas de combate ao trabalho escravo adotadas no Brasil.
- C) desqualificar, sem ressalvas, a eficácia das medidas de combate ao trabalho escravo adotadas no Brasil.
- D) fazer ponderações pontuais em relação à eficácia das medidas de combate ao trabalho escravo no Brasil.

03. Considere o trecho:

O nosso país carrega na sua história a mancha **indelével** de um longo passado de escravidão legalizada [...]

O uso da palavra em destaque expressa que o passado de escravidão, no Brasil, é algo

- A) imperceptível aos olhos da maioria.
- B) impossível de ser apagado da nossa memória.
- C) impossível de ser compreendido.
- D) inexplicável para as gerações mais jovens.

04. Considere os trechos:

(1) **Mesmo** sendo signatário das Convenções 29 e 105 da OIT, somente em 1995 o país acordou para o problema [...]

(2) **Ainda que** retratem apenas uma amostragem do cenário de desumanidade que ainda persiste nos campos e cidades do país, são números que impressionam e reforçam a necessidade de se prosseguir com as ações de combate.

Sobre os elementos linguísticos em destaque, é correto afirmar que

- A) ambos estabelecem relação sintático-semântica de condição entre orações e, nesse caso, podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **caso**.
- B) em (1) esse elemento estabelece relação sintático-semântica de concessão entre parágrafos e, nesse caso, pode ser substituído, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **embora**.
- C) em (2) esse elemento estabelece relação sintático-semântica de condição entre períodos e, nesse caso, pode ser substituído, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **desde que**.
- D) ambos estabelecem relação sintático-semântica de concessão entre orações e, nesse caso, podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **apesar de**.

05. Considere o trecho:

[...] forçado por pressões sociais e por denúncia formulada **perante a** Corte Interamericana de Direitos Humanos [...]

Sobre as palavras em destaque, nesse contexto de uso, é correto classificar que:

- A) a primeira é preposição, e a segunda, artigo.
- B) a primeira é conjunção, e a segunda, artigo.
- C) ambas são preposições.
- D) ambas são conjunções.

06. Considere o período:

No período de 1995 a 2018, mais de 2.000 operações de fiscalização foram realizadas, e cerca 53 mil trabalhadores foram resgatados da condição de escravo.

Sobre as vírgulas presentes nesse trecho, verifica-se que

- A) a primeira marca um bloco de informação deslocado, com valor adjetivo, e a segunda separa orações com o mesmo sujeito.
- B) a primeira marca um bloco de informação com valor de aposto, e a segunda separa orações com o mesmo sujeito.
- C) a primeira marca um bloco de informação deslocado, com valor adverbial, e a segunda separa orações com sujeitos distintos.
- D) a primeira marca um bloco de informação com valor predicativo, e a segunda separa orações com sujeitos distintos.

07. Sobre o segundo e o terceiro parágrafos, é correto afirmar:

- A) O segundo não apresenta ideia central explícita.
- B) O terceiro faz contraposição à ideia central do segundo.
- C) O terceiro tão somente desenvolve a ideia central explícita no segundo.
- D) O segundo tão somente exemplifica o que vai ser afirmado no terceiro.

08. No texto, identifica-se a recorrência a

- A) outros discursos, com o objetivo de reforçar o discurso do autor.
- B) citações diretas, demarcadas pelo uso restrito das aspas.
- C) outros discursos, com o objetivo de refutar o discurso citado.
- D) citações indiretas, demarcadas pelo uso restrito das aspas.

09. O texto apresenta características que o aproximam do gênero

- A) notícia.
- B) artigo de opinião.
- C) reportagem.
- D) relato.

10. Considere o fragmento:

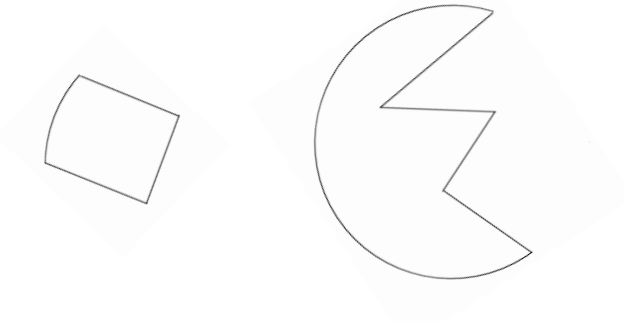
Na seara legislativa, o grande marco histórico na luta pela erradicação dessa chaga social foi a alteração trazida pela Lei 10.803/2003 ao artigo 149 do Código Penal, **que atualizou o conceito de escravidão contemporânea, [...]**

O trecho em destaque é uma oração

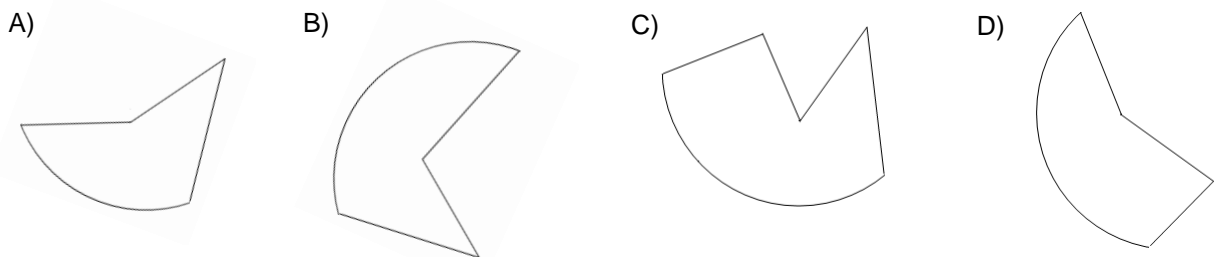
- A) subordinada com valor de substantivo.
- B) coordenada com valor explicativo.
- C) coordenada com valor restritivo.
- D) subordinada com valor de adjetivo.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÓGICA

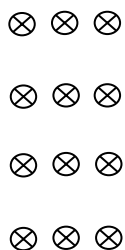
11. Um círculo de papel cartão com uma face branca e outra preta, foi cortado em três partes distintas. Duas dessas partes estão apresentadas a seguir:



A terceira parte que, junto com as duas anteriores, forma perfeitamente o círculo, é:



12. Considere o conjunto de doze objetos apresentados a seguir



Selecionando-se aleatoriamente, três objetos desse conjunto, a probabilidade de eles serem colineares (pertencerem a uma mesma reta) é de

- A) $\frac{1}{12}$
- B) $\frac{1}{16}$
- C) $\frac{1}{11}$
- D) $\frac{1}{8}$

13. Dada a sentença “Se visito Lajes, então sou feliz”, sua negação é

- A) Não visito Lajes e sou feliz.
- B) Visito Lajes e não sou feliz.
- C) Se não visito Lajes, então não sou feliz.
- D) Se não sou feliz, então não visito Lajes.

14. Considerando as 26 letras de nosso alfabeto, na sequência de letras

D J E L H P M V ?

o ponto de interrogação representa a letra

- A) T.
- B) R.
- C) S.
- D) U.

15. André é engenheiro, então Luciano não é comerciante. Ou Luciano é comerciante, ou Erick é veterinário. Se José não é advogado, então André é engenheiro. Ora, nem Erick é veterinário nem Cintia é médica. Logo:

- A) José não é advogado e Luciano é comerciante.
- B) Erick é veterinário ou André é engenheiro.
- C) Se Luciano é comerciante, André é engenheiro.
- D) José é advogado e Luciano é comerciante.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA - ASSISTENTE SOCIAL – SUPERIOR

16. Os compromissos profissionais expressos no projeto ético-político do Serviço Social são: a liberdade como valor ético central, a autonomia, a emancipação e a expansão dos indivíduos sociais. Daí a consequente vinculação desse projeto profissional a um projeto societário que
- A) determina a construção de uma sociedade com menos desigualdade e mais solidariedade.
 - B) busca o fortalecimento das forças sociais antagônicas.
 - C) propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.
 - D) implementa ações mais eficazes para intervir nas expressões da questão social.
17. Desde o final da década de 1970, o Serviço Social vem construindo o seu projeto profissional e essa construção passa por vários momentos marcantes que determinam a gênese e a consolidação desse projeto. Podem-se destacar como fatores/acontecimentos que marcaram o processo de gênese e consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, **respectivamente**:
- A) a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei No 8.662, de 7 de junho de 1993), o Código de Ética de 1986 e o II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS de 1979 – Congresso da Virada.
 - B) o Movimento de Reconceituação, as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social e a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei No 8.662, de 7 de junho de 1993).
 - C) as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, a ampliação da produção do conhecimento da área do Serviço Social e II CBAS de 1979 – Congresso da Virada.
 - D) o Movimento de Reconceituação, o Código de Ética de 1986, a ampliação da produção do conhecimento da área do Serviço Social e a maturidade político-organizativa da categoria.
18. No passado histórico do Serviço Social, alguns equívocos foram evidenciados na atuação dos assistentes sociais decorrentes de uma separação das dimensões constitutivas da atuação profissional, gerando uma despolitização e fragmentação da prática. Muitas vezes essa separação entre as dimensões da atuação profissional levou a uma supervalorização de uma das dimensões em detrimento das outras. Esses equívocos ficaram conhecidos como
- A) Politicismo, tecnicismo e tecnicismo.
 - B) Ideologismo, metodologismo e sincretismo.
 - C) Politicismo, militância e ideologismo.
 - D) Pragmatismo, metodologismo e tecnicismo.
19. O perfil profissional do Assistente Social necessário para responder aos desafios da sociedade atual exige determinadas competências profissionais, dentre essas a necessidade de postura investigativa. A pesquisa torna-se essencial para que o profissional possa identificar e criar estratégias que orientem e instrumentalizem sua ação profissional. Nesse sentido, Guerra (2007) afirma que, no cumprimento das atribuições e competências socioprofissionais, o assistente social deve realizar, permanentemente, pesquisa sobre:
- A) as condições e relações de trabalho no qual está inserido, os objetos de intervenção, as condições e relações de vida, trabalho e resistência daqueles a quem se destinam os seus serviços.
 - B) a execução das políticas sociais, dos programas e dos projetos.
 - C) As instituições e as ações que elas oferecem moldando os interesses da população aos interesses dessas ações.
 - D) Os objetos de intervenção e as normas institucionais para cumprí-las.

20. Dentre as atualizações da Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, temos a Lei nº13.466 de 2017, que assegura a prioridade especial à um segmento dos idosos. Esse segmento que tem a garantia de atendimento de suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos, são:
- A) Os idosos de setenta e cinco anos ou mais.
 - B) Os idosos maiores de oitenta anos.
 - C) Os idosos com doenças crônicas.
 - D) Os idosos com renda familiar de um salário mínimo.
21. A autonomia da pessoa idosa é algo que deve ser buscado e implementado em cada situação vivenciada no seu dia-a-dia. No que se refere ao direito à saúde, essa autonomia está expressa no capítulo IV, artigo 17 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que garante ao idoso que está com o domínio de suas faculdades mentais, o direito de
- A) reserva de 5% das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a maior comodidade do idoso.
 - B) exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas intelectuais e psíquicas.
 - C) optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.
 - D) participação na vida familiar e comunitária.
22. Conforme análises de Guerra (2007), a instrumentalidade “como propriedade sócio-histórica, possibilita atender as demandas e o alcance dos objetivos propostos numa condição de reconhecimento social. Já os instrumentos técnico-operativos são um conjunto de procedimentos técnicos necessários à realização das ações profissionais”. Com isso, a autora reforça o entendimento de que
- A) a instrumentalidade e os instrumentos técnicos-operativos são a mesma coisa.
 - B) os instrumentos técnicos-operativos trazem os resultados por si mesmos independentemente da postura de quem os utiliza.
 - C) os instrumentos técnicos-operativos vão além da instrumentalidade.
 - D) a instrumentalidade vai além dos instrumentos técnico-operativos.
23. O planejamento é um dos elementos que diferencia a intervenção do voluntarismo e do senso comum. Daí a necessidade de que o planejamento e sua operacionalização sejam uma constância no exercício profissional do assistente social uma vez que o enfrentamento das expressões da questão social exige essa habilidade e competência profissional. Para isso, os grandes desafios a serem enfrentados pelos assistentes sociais nos espaços socioocupacionais onde estão inseridos são
- A) O imediatismo e o praticismo
 - B) O politicismo e o ideologismo
 - C) O imediatismo e o tecnicismo
 - D) O praticismo e o tecnicismo

24. Baptista (2002), em suas análises sobre elaboração e operacionalização do planejamento, afirma que o profissional do Serviço Social, ao planejar, realiza uma reconstrução do objeto de intervenção através da reestruturação da demanda que chega até ele. Nesse movimento, o Assistente Social assume uma determinada percepção sobre a demanda e sobre as pessoas para as quais as ações do planejamento estão voltadas. O que vai determinar essa percepção é
- A) o tipo de planejamento que o profissional está construindo.
 - B) a direção ético-política assumida pelo profissional no ato de planejar.
 - C) a dinâmica institucional no qual o profissional está inserido.
 - D) o tipo de demanda para a qual o profissional está propondo uma intervenção.
25. O assistente social deve atuar com responsabilidade ética, buscando o constante aperfeiçoamento intelectual e buscando mecanismos eficazes e éticos para o enfrentamento das expressões da questão social. Nesse sentido, o assistente social está concretizando o seguinte princípio fundamental do Código de Ética da Profissão atualizado em 13.3.1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11:
- A) Livre exercício das atividades inerentes à profissão.
 - B) Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.
 - C) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
 - D) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.
26. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742/93 estabelece que a assistência social rege-se por alguns princípios. Dentre esses princípios temos
- A) o estabelecimento da gestão integrada de serviços e benefícios.
 - B) a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica
 - C) a elaboração e o encaminhamento de proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais políticas da seguridade social.
 - D) a participação da população, por meio de organização representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
27. O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, através da Resolução nº 33/2012, aprovou a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS. Essa Norma estabelece os princípios organizativos do SUAS, que são
- A) informação, referência, escuta profissional qualificada e condição de recepção.
 - B) universalidade, gratuidade, integralidade da proteção social, intersetorialidade e equidade.
 - C) primazia da responsabilidade do Estado, descentralização político-administrativa, financiamento partilhado e territorialização.
 - D) precedência da proteção social básica, não submissão do usuário a situações de subalternização, dimensão proativa e reafirmação da assistência social como política de seguridade social.

28. No que se refere à política de saúde, a Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que estabelece a Política Nacional de Atenção Básica, traz a clara compreensão de que as ações dessa Política se referem às ações de saúde que devem estar mais próximas da população, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Tal afirmação encontra respaldo em um dos princípios e das diretrizes gerais dessa Política, o qual preconiza
- A) considerar a integralidade em seus vários aspectos.
 - B) ser resolutive
 - C) considerar o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral.
 - D) coordenar o cuidado.
29. A Lei nº 13.257/2016 estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas às crianças da seguinte fase:
- A) primeira infância
 - B) segunda infância
 - C) adolescência
 - D) pré-adolescência
30. Quando se trata do financiamento das atividades hospitalares e da distribuição da Autorização de Internação Hospitalar – AIH, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde-NOB/SUS- 1992, preceitua que
- A) a construção do Sistema Único de Saúde-SUS é um processo continuado que demanda vários movimentos complexos aos quais os diferentes Estados e Municípios dão respostas diferentes.
 - B) o desenvolvimento das ações de saúde, sejam elas de promoção, proteção, recuperação ou reabilitação, devem fazer parte do planejamento integrado das ações de saúde.
 - C) o repasse efetuado a título de Fator de Estímulo à municipalização não será debitado do valor estabelecido para cobertura ambulatorial quer do município quer do Estado e independe da existência de resíduo.
 - D) é competência das Secretarias Municipais de Saúde a celebração de contratos com hospitais que participarão do sistema de forma complementar, bem como sua exclusão, a não ser nos casos em que o estabelecimento se caracterize como sendo de referência, estadual, regional ou nacional.